



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

MARÇO/2012

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado na forma do disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, na Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e na Portaria TCU nº 123/2011.

Brasília, 26 de março de 2012

Abreviaturas

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
CGAD – Coordenação-Geral de Administração
CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
COLICON – Coordenação de Licitações e Contratos
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CREDEN – Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional
DAL – Departamento de Administração e Logística
DGP – Departamento de Gestão de Pessoal
DN – Decisão Normativa
DPDT – Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
ESINT – Escola de Inteligência
GSI – Gabinete de Segurança Institucional
IN – Instrução Normativa
LOA – Lei Orçamentária Anual
PAA – Plano Anual de Atividades
PJ – Pessoa Jurídica
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RP – Restos a Pagar
SARHA – Sistema de Apoio a Recursos Humanos e sua Administração
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais
SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SPOA – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Identificação da UJ	2
3. Planejamento da gestão orçamentária e financeira	3
3.1. Responsabilidades institucionais	3
3.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	3
3.3. Programa de governo sob a responsabilidade da UJ	4
3.4. Desempenho orçamentário e financeiro	6
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	11
5. Informações sobre recursos humanos da UJ	12
5.1. Composição do quadro de servidores ativos	12
5.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	14
5.3. Composição do quadro de estagiários	15
5.4. Composição dos custos associados à manutenção dos recursos humanos	15
5.5. Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	17
5.6. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	18
6. Informações sobre transferências efetuadas	19
6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício	19
6.2. Informações sobre prestação de contas relativas aos termos de cooperação	22
6.3. Análise crítica	23
7. Declaração da área responsável pelo registro das informações no SIASG/SICONV	23
8. Informações sobre a entrega da declaração de bens e renda	24
8.1. Quadro demonstrativo	24
8.2. Análise crítica	24
9. Informações sobre a estrutura de controle interno da UJ	24
10. Informações sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis	26
11. Informações sobre a gestão de bens imóveis de uso especial	28
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI).....	32
13. Informações sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF)	33
14. Informações sobre o cumprimento das deliberações do Tribunal de Contas da União	34
15. Informações sobre as recomendações do órgão de controle interno	36
16. Declaração do contador responsável pela UJ	37
17. Outras informações relevantes	37

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório de gestão individual refere-se à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e tem por objetivo apresentar, ao Tribunal de Contas da União (TCU), informações sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade no exercício 2011, o cumprimento de metas físicas e financeiras e o registro de dados sobre as atividades de apoio às políticas públicas, tendo como principal cliente a Presidenta da República.

A ABIN integra a estrutura do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR), conforme disposto no art. 6º da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, com a redação dada pela Medida Provisória 527, de 18 de março de 2011. De acordo com a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, a ABIN tem por competências: 1) planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País; 2) planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República; 3) planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade; 4) avaliar ameaças, internas e externas, à ordem constitucional; e 5) promover o desenvolvimento de recursos humanos e a doutrina de Inteligência e realizar estudos e pesquisas para o exercício e o aprimoramento da atividade de Inteligência.

A estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão, das gratificações de exercício em cargo de confiança e das gratificações de representação foram aprovados pelo Decreto nº 6.408, de 24 de março de 2008.

No cumprimento de suas competências legais, a ABIN desenvolveu a atividade de Inteligência, em 2011, com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança da sociedade e do Estado brasileiro.

As ações da Agência foram orientadas para a produção de conhecimentos sobre ameaças e oportunidades com capacidade de influenciar a ação governamental e a segurança da sociedade e do Estado. Também trabalhou na proteção de conhecimentos sensíveis e estratégicos para o País, na prevenção de ações terroristas, no desenvolvimento de tecnologia para a segurança das comunicações, na capacitação e qualificação de servidores para a atividade de Inteligência, no intercâmbio de dados, informações e conhecimentos no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e na manutenção das condições de funcionamento da sua infraestrutura técnica e administrativa.

Seguindo orientação do TCU, cabe registrar que não foram incluídas no relatório de gestão as informações relativas à parte A do Anexo II da DN 108/2010, por não haver ocorrência para registro, não ser o caso, ou não se aplicarem à natureza jurídica da UJ, a saber:

- item nº 3, informações sobre reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, embora seja aplicável, não houve ocorrência a registrar;
- item nº 14, informações sobre renúncia tributária, por não ser aplicável à natureza jurídica da UJ;
- item nº 16, informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, por não se aplicar a UJ.

A exemplo de anos anteriores, a expectativa é de que o presente relatório de gestão atenda plenamente às orientações emanadas do TCU. Na hipótese de falhas e incorreções, há firme propósito de adotar providências para fortalecer o acompanhamento e o controle interno e externo sobre o processo de gestão da ABIN.

2. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República			Código SIORG: 000027
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Agência Brasileira de Inteligência			
Denominação abreviada: ABIN			
Código SIORG: 045104	Código LOA: 20118	Código SIAFI: 110120	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Administração Pública Federal			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3445-8000	(061) 3445-8680	FAX (061) 3445-8422
E-mail: aplam@abin.gov.br			
Página na Internet: http://www.abin.gov.br			
Endereço Postal: Setor Policial Sul - SPO, Área 5, Quadra 1, Bloco "A", Brasília-DF. CEP: 70.610-905			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que cria a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e à estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.408, de 24 de março de 2008; - Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 037/GSIPR/CH/ABIN, de 17 de outubro de 2008, e alterações introduzidas pela Portaria nº 030/GSIPR/CH/ABIN, de 5 de agosto de 2009; e - Norma Administrativa nº 001, de 4 de agosto de 2008.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
110120	Agência Brasileira de Inteligência		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
110120		00001	

3. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UJ

3.1 Responsabilidades Institucionais

a) Competência Institucional.

A ABIN, na condição de órgão central do SISBIN, tem por competência planejar; executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País, obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas, na forma da legislação específica.

Compete, ainda, à ABIN:

- executar a Política Nacional de Inteligência e as ações dela decorrentes, sob supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo;
- planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e à análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República;
- planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade;
- avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional;
- promover o desenvolvimento de recursos humanos e da Doutrina de Inteligência; e
- realizar estudos e pesquisas para o exercício e o aprimoramento da atividade de Inteligência.

b) Objetivos Estratégicos

No cumprimento de suas competências legais, a ABIN desenvolve a atividade de Inteligência, tendo como público-alvo (beneficiário) a Presidência da República e por base os seguintes objetivos:

- Objetivo de governo: promover ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos;
- Objetivo setorial: coordenar o SISBIN e as atividades de Inteligência do País; e
- Objetivo específico: desenvolver atividades de Inteligência e de segurança da informação no interesse do Estado e da sociedade.

3.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais:

a) Análise do Andamento do Plano Estratégico da UJ

Em conformidade com o conceito estratégico definido no seu Planejamento Institucional, a ABIN desenvolveu e executou a atividade de Inteligência visando a consolidar sua missão institucional e garantir o reconhecimento de seu papel como a Agência de Inteligência do Estado brasileiro, com foco na qualidade do assessoramento prestado a Presidente da República e, de forma mais abrangente, ao processo decisório nacional. Além disso, e não menos importante, apostou na valorização e no desenvolvimento de seu capital humano, elemento decisivo na produção de conhecimentos com maior valor agregado e, conseqüentemente, fator crítico de sucesso para assegurar a credibilidade institucional na defesa dos interesses do Estado e da Sociedade.

Dessa forma, a Agência cumpriu com suas atribuições em sintonia com as orientações estratégicas da Presidência da República para a área de segurança institucional e as diretrizes emanadas do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para a área de Inteligência federal.

Ainda nesse contexto, a ABIN produziu conhecimentos para o assessoramento do processo decisório nacional e em apoio a políticas públicas, considerando os objetivos de governo expressos no Plano Plurianual PPA 2008-2011, especialmente quanto a promover ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos.

b) Análise do Plano de Ação da Unidade Referente ao Exercício 2011

Como desdobramento do conceito estratégico institucional, as atividades de Inteligência da ABIN foram orientadas por Plano Anual de Atividades (PAA), mediante a consecução de metas e ações inscritas em 12 projetos – 1) produção de conhecimentos, 2) salvaguarda de assuntos estratégicos, 3) proteção institucional, 4) obtenção de dados, 5) capacitação de servidores, 6) comunicação social, 7) desenvolvimento científico e tecnológico, 8) relações institucionais, 9) ordenamento jurídico, 10) métodos e processos, 11) administração e orçamento e 12) gestão de pessoas; pelas diretrizes emanadas pelo Gabinete de Segurança Institucional –, elaborados em conformidade com o programa Inteligência federal do PPA 2008-2011.

3.3 Programa de Governo sob a Responsabilidade da UJ

a) Execução orçamentária por Programa de Governo

Considerando o disposto na Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, sobre o PPA 2008-2011, e na Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, esse item não se aplica à UJ, no tocante à responsabilidade por gerir Programa de Governo inscrito na Lei do PPA.

b) Execução física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista em 2011	Meta realizada em 2011	Meta a ser realizada em 2012
06	122	0641	09HB	OP	4	-	-	-	-
06	301	0641	2004	A	4	Pessoa beneficiada	4.409	4.411	3.316
06	365	0641	2010	A	4	Criança atendida	143	139	137
06	331	0641	2011	A	4	Servidor beneficiado	423	238	455
06	306	0641	2012	A	4	Servidor beneficiado	1.760	1.703	1.743
06	301	0641	20CW	A	4	Servidor beneficiado	914	0	914
06	572	0641	2188	A	4	Pesquisa desenvolvida	5	5	4
06	122	0641	2272	A	4	-	-	-	-
06	572	0641	2488	A	4	Produto desenvolvido	3	3	3
06	722	0641	2671	A	4	Sistema mantido	5	5	5
06	183	0641	2684	A	4	Ação realizada	751	731	760
06	122	0641	2867	A	4	Militar remunerado	43	36	-
06	128	0641	2A80	A	4	Pessoa capacitada	1.250	1.031	600
06	128	0641	4572	A	4	Servidor capacitado	500	1.116	200

Fonte: SIGPlan

c) Análise crítica da Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Foi adequada a execução física das ações que compõem o programa Inteligência federal em 2011. Algumas ações tiveram suas metas físicas readequadas devido aos cortes orçamentários, que, em alguns casos, atingiram 75% do valor inicialmente previsto.

A execução da ação 2684 – Ações de Inteligência voltadas para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República e o processo decisório nacional atingiu 97,34% da meta prevista.

Na ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação a execução física foi superior ao previsto, apesar dos cortes no orçamento, uma vez que a instituição optou por realizar cursos a distância.

Com relação a ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos foi efetivada licitação e assinada ata de registro de pregão eletrônico nº 87/2011 com vigência até 28 de agosto de 2012, para realização dos exames em Brasília, no entanto a ação deixou de ser executada porque não houve proposta das empresas que atendessem a legislação, quando da abertura de licitação, para as demais unidades da federação.

Em 2011, as ações desenvolvidas visaram à produção de conhecimentos sobre assuntos relacionados aos interesses do País no Brasil e no exterior, considerando ameaças e oportunidades com potencial para influenciar a ação governamental federal na condução de políticas públicas.

Para tanto, foram elaborados 931 Relatórios de Inteligência (Relint) sobre temas e assuntos variados, afetos às áreas de Inteligência Estratégica, Contrainteligência e Contraterrorismo. No conjunto, os conhecimentos produzidos pela atividade de Inteligência incluíram:

- prevenção a atos ou o financiamento do terrorismo;
- aspectos sociais, políticos e econômicos da conjuntura internacional;
- segurança pública e crime organizado;
- atuação de estrangeiros no País;
- meio ambiente e biodiversidade;
- questões fundiárias;
- questões indígenas;
- cultivo, processamento e tráfico de drogas ilícitas;
- espionagem;
- sabotagem;
- proteção de conhecimentos sensíveis;
- programa nuclear;
- comércio ilegal de armas, explosivos e munições;
- atuação de organizações não-governamentais;
- biossegurança e biodefesa;
- tráfico de pessoas;
- situação de brasileiros em áreas de fronteira;
- cooperação internacional nas áreas química, biológica, nuclear, de mísseis e satélites em outros países;
- exploração de recursos minerais.

A ABIN deu continuidade ao Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC), cuja finalidade é sensibilizar instituições e organizações públicas e privadas a adotar medidas preventivas de proteção de conhecimentos considerados estratégicos para o desenvolvimento e a segurança do País.

Também foram realizadas visitas técnicas com o objetivo de orientar sobre as listas de controle de transferência de material e tecnologia sensíveis, no âmbito do Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens), do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), que visa orientar indústrias, empresas, universidades e centros de pesquisas sobre o uso e comércio de bens sensíveis e de uso dual. A finalidade do programa é prevenir o acesso de atores estatais ou não-estatais estrangeiros a insumos e tecnologia que possam ser empregados, de forma ilegal, em projetos e desenvolvimento de armas de destruição em massa.

As ações de capacitação para a atividade de Inteligência permitiram realizar 57 cursos para o treinamento de 451 servidores da ABIN, 539 agentes públicos de órgãos integrantes do SISBIN e conveniados e 41 pessoas de dois serviços de Inteligência estrangeiros, perfazendo um total de 1.031 alunos capacitados.

Na área de desenvolvimento científico e tecnológico, com ênfase na segurança da informação, foram desenvolvidas pesquisas em criptografia baseada no emparelhamento bilinear, em monitoração de ambientes computacionais seguros e em desenvolvimento de computação em “GRID”, ou seja, desenvolvimento de tecnologia que permite a distribuição de um trabalho de grande complexidade em vários computadores em sistema de rede.

No campo das comunicações, deu-se continuidade ao desenvolvimento do Telefone Seguro Governamental para telefonia móvel (TSG-M), à implementação de plataformas criptográficas tanto na versão portátil, como na na versão de alto desempenho, para a proteção de arquivos e o estabelecimento de redes privadas virtuais entre instalações remotas, respectivamente.

3.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro da Unidade Jurisdicionada

a) Programação Orçamentária da Despesa

Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA	20118	110120

Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		313.205.286	318.221.712	-	-	62.114.340	54.998.366
	PLOA		313.205.286	318.221.712	-	-	62.114.340	54.998.366
	LOA		313.205.286	318.221.712	-	-	62.114.340	65.998.366
CRÉDITOS	Suplementares		94.485.000	27.394.000	-	-	-	6.288.371
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	3.990.000	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	924.000	845.060
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			407.690.286	345.615.712	-	-	65.180.340	71.441.677

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
Dotação proposta pela UO		5.400.000	6.300.000	-	-	-	-
PLOA		5.400.000	6.300.000	-	-	-	-
LOA		5.400.000	6.300.000	-	-	-	-
Suplementares		-	1.754.000	-	-	-	-
Especiais	Abertos	5.010.000	-	-	-	-	-
	Reabertos	-	-	-	-	-	-
Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
	Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		10.410.000	8.054.000	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Quadro-Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		62.114.340	54.998.366	5.400.000	6.300.000	-	-
	PLOA		62.114.340	54.998.366	5.400.000	6.300.000	-	-
	LOA		62.114.340	65.998.366	5.400.000	6.300.000	11.000.000	-
CRÉDITOS	Suplementares			6.288.371	-	1.754.000	-	-
	Especiais	Abertos	3.990.000	-	5.010.000	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		924.000	845.060	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			65.180.340	71.441.677	10.410.000	8.054.000	11.000.000	-

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Observação: Os quadros acima demonstram a programação orçamentária da unidade nos exercícios de 2010 e 2011, por grupo de despesas e categoria econômica.

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	110322	04.122.0641.2272.0001	-	-	2.548,00
Movimentação Externa	Concedidos	110060	06.122.0641.2272.0001	-	-	72.116,17
		110511				857.072,58
		153103				550.000,00
		170100				80.015,47
		170131				455.894,08
		170214				183.310,47
		170344				73.197,13
		170345				28.659,71
		173057				693.993,28
		250013				8.903,28
		510002				8.974,96
	Recebidos	201009	04.121.0802.8861.0001	-	-	5.595,00
		201009	09.272.0089.0181.0001			60.000,00
		200248	06.181.1127.12OM.001			1.331.070,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	110511	06.122.0641.2272.0001	499.995,95	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Análise crítica

As movimentações de créditos orçamentários (interna e externa), em 2011, atenderam às expectativas da UJ, tanto nos recebimentos, quanto nas concessões de créditos.

Os créditos concedidos pela UJ, dizem respeito a rateio de despesas condominiais (manutenção e funcionamento) junto a outros órgãos federais, uma vez que diversas superintendências estaduais desta Agência não ocupam instalações próprias.

Os créditos recebidos foram utilizados para atender demandas da Unidade Orçamentária e de outros órgãos, principalmente relacionados à compra de material de expediente para execução de serviços gráficos, a título de reposição.

Em relação aos valores movimentados, não houve impacto significativo quanto ao consumo de recursos geridos pela UJ.

b) Execução Orçamentária da Despesa

Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	25.963.281	24.678.127	25.963.281	24.678.127
Convite	-	1.994	-	1.994
Tomada de Preços	-	20.673	-	20.673
Concorrência	14.426	24.531	14.426	24.531
Pregão	25.948.855	24.630.929	25.948.855	24.630.929
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	6.233.309	10.896.176	6.233.309	10.896.176
Dispensa	3.776.549	9.421.669	3.776.549	9.421.669
Inexigibilidade	2.456.760	1.474.507	2.456.760	1.474.507
Regime de Execução Especial	10.978.405	11.228.181	10.978.405	11.228.181
Suprimento de Fundos	10.978.405	11.228.181	10.978.405	11.228.181
Pagamento de Pessoal	407.193.503	345.420.898	407.193.503	345.420.898
Pagamento em Folha	405.357.121	342.216.311	405.357.121	342.216.311
Diárias	1.836.382	3.204.587	1.836.382	3.204.587
Outros	2.802.271	1.293.232	2.802.271	1.293.232

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	405.196.309	342.546.312	405.196.309	342.546.312	330.000	700.000	405.196.309	342.216.311
319011 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	240.663.151	205.410.056	240.663.151	205.410.056	30.000	300.000	240.663.151	205.380.055
319001 Aposentadorias e Reformas	96.434.813	77.477.909	96.434.813	77.477.909	-	-	96.434.813	77.477.909
319113 Obrigações Patronais	47.617.319	42.025.744	47.617.319	42.025.744	-	-	47.617.319	42.025.744
Demais	20.481.026	17.632.603	20.481.026	17.632.603	300.000	400.000	20.481.026	17.332.603
2 – Juros e Enc. da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	43.103.409	58.149.447	43.103.409	50.490.841	8.413.607	4.351.599	37.152.436	50.490.801
339039 Outros Serviços de Terceiros - PJ	35.649.894	35.353.727	35.649.894	28.855.516	7.220.987	3.488.548	30.425.928	28.855.516
339093 Indenizações e Restituições	-	6.268.363	-	6.268.363	41.847	610.787	-	6.268.363
339014 Diárias – Pessoal Civil	1.792.415	-	1.792.415	-	-	-	1.792.415	-
339030 Material de Consumo	1.448.000	4.928.487	1.448.000	4.886.639	777.222	-	1.141.641	4.886.639
Demais	4.213.100	11.598.870	4.213.100	10.480.323	373.551	95.775	3.792.452	10.480.283

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Observação: Nas despesas de pessoal foram considerados os gastos com servidores ativos, inativos e pensionistas.

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	4.871.051	5.439.548	4.871.051	809.462	4.630.086	2.518.393	1.108.244	809.462
449052 Equipamentos e Materiais Permanentes	4.714.877	5.439.337	4.714.877	809.251	4.630.086	2.518.393	999.630	809.251
449039 Aquisição de software	148.173.	-	148.173.	-	-	-	100.613	-
449092 Despesas com Exercícios Anteriores	8.000	211	8.000	211	-	-	8.000	211
Demais	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização Da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Análise crítica

Considerando a execução orçamentária de créditos originários da UJ em função do contingenciamento realizado no exercício, não houve impacto na gestão orçamentária, tampouco alterações significativas em relação às ações planejadas e as que foram efetivamente executadas.

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	1.339.213	326.133	1.339.213	326.133
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	1.339.213	326.133	1.339.213	326.133
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	60.000	641.607	60.000	641.607
Pagamento em Folha	60.000	53.000	60.000	53.000
Diárias	-	588.607	-	588.607
Outros	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	60.000	53.000	60.000	53.000	-	-	60.000	53.000
319001 Aposentadorias e Reformas	60.000	53.000	60.000	53.000	-	-	60.000	53.000
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	8.143	914.740	8.143	914.740	-	-	8.143	805.274
339014 Diárias – Pessoal Civil	-	566.261	-	566.261	-	-	-	566.261
339033 Passagens e Despesas Com Locomoção	-	211.680	-	211.680	-	-	-	211.680
339030 Material de Consumo	8.143	105.204	8.143	105.204	-	100.216	8.143	4.988
Demais	-	31.595	-	31.595	-	9.250	-	22.345

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4- Investimentos	1.331.070	-	1.331.070	-	1.331.070	-	-	-
449039 Aquisição de software	1.331.070	-	1.331.070	-	1.331.070	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização Da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Análise crítica

Em 2011, os créditos recebidos foram utilizados para atender demandas da Unidade Orçamentária e de outros órgãos, principalmente relacionados à compra de material de expediente para serviços gráficos.

c) Indicadores Institucionais

A UJ não possui indicadores institucionais para medir produtos, serviços e resultados alcançados no exercício, porém, há previsão para desenvolvê-los em 2012.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR

Valores em R\$ 1,00

SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	40	-	40	-
2010	12.700	10.965	1.735	-
2009	1.658.211	1.623.477	34.732	-
2008	1.854.094	-	239.096	1.614.998

Valores em R\$ 1,00

SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	13.373.693	1.211.739	10.399.404	1.762.550
2010	7.569.992	1.343.445	5.529.881	696.666
2009	11.974.696	1.398.276	10.543.804	32.616
2008	16.995.985	1.933.652	15.047.421	14.912

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Análise crítica

A estratégia de pagamento dos Restos a Pagar – RP, adotada pela UJ, foi a de se efetuar o maior número possível de pagamentos no primeiro semestre do exercício financeiro, visando a amenizar o impacto negativo de postergação de pagamento aos fornecedores, o que efetivamente ocorreu na medida em que foram entregues bens ou fornecidos os serviços contratados, conforme demonstração no quadro abaixo:

MESES	PROCESSADOS PAGOS	NÃO PROCESSADOS PAGOS	TOTAL PAGO
JAN	40,00	2.298.823,93	2.298.863,93
FEV	-	1.660.662,91	1.660.662,91
MAR	-	1.026.137,30	1.026.137,30
ABR	-	2.946.656,93	2.946.656,93
MAI	-	727.071,87	727.071,87
JUN	-	539.013,85	539.013,85
JUL	-	807.056,73	807.056,73
AGO	-	133.269,76	133.269,76
SET	-	155.700,05	155.700,05
OUT	-	93.402,77	93.402,77
NOV	-	1.133,76	1.133,76
DEZ	-	10.474,42	10.474,42
TOTAL	40,00	10.399.404,28	10.399.444,28

Não houve impacto financeiro advindo do pagamento de despesas de exercícios anteriores, que foram liquidadas nos prazos previstos.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

a) Demonstrativo da Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12/11

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargo efetivos (1.1 + 1.2)	3.803	1.857	30	112
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1 a 1.2.5)	3.803	1.857	30	112
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	3.586	1.480	1	55
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	8	1	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	1	1	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	178	20	56
1.2.5 Empregados CLT readmitidos	217	190	7	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	3.803	1.857	30	112

Fonte: DGP

b) Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12/11

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 dez. 11
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	85
1.1 Exercício de Cargo em Comissão	16
1.2 Exercício de Cargo de Confiança	34
1.3 Outras situações previstas em leis específicas (Leis nº 6.999/82; nº 9007/95; nº 11284/06; nº 11776/08)	35
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	4
2.1 Para exercício de Mandato Eletivo	0
2.2 Para Estudo ou Missão no Exterior	3
2.3 Para Serviço em Organismo Internacional	1
2.4 Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	27
3.1 De ofício, no interesse da Administração	13
3.2 A pedido, a critério da Administração	10
3.3 A pedido, independente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4 A pedido, independente do interesse da Administração por motivo de saúde	4
3.5 A pedido, independente do interesse da Administração por processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1 Doença em pessoa da família	0
4.2 Capacitação	0
5. Licença não remuneradas (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	6
5.1 Afastamento do cônjuge ou companheiro	4
5.2 Serviço militar	0
5.3 Atividade política	0
5.4 Interesses particulares	2
5.5 Mandato classista	0
6. Outras situações (especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro de 2011 (1+2+3+4+5+6)	122

Fonte: DGP

c) Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – Situação em 31/12/11

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	228	219	43	33
1.1 Cargos de Natureza especial	2	2	0	0
1.2 Grupo de Direção e Assessoramento Superior	226	206	43	33
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidores de outros órgãos e esferas	0	8	0	0
1.2.4 Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5 Aposentado	0	3	0	0
2. Funções gratificadas	482	433	20	56
2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	223	255	0	0
2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3 Servidores de outros órgãos e esferas	259	178	20	56
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	710	652	63	89

Fonte: DGP

d) Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação em 31/12/11

Tipologias do Cargo / empregos	Quantidade de servidores por faixa etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo	299	229	460	350	86
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira e Empregados CLT	299	229	460	350	86
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	14	55	195	160	9
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	2	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	35	90	118	7
2.3. Funções gratificadas	11	20	105	40	2
3. Totais (1 + 2)	313	284	655	510	95

Fonte: DGP

e) Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação em 31/12/11

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provedimento de cargo efetivo	0	30	0	105	295	765	182	38	7	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira e cargos	0	30	0	105	295	765	182	38	7	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	0	5	0	18	54	283	54	17	2	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	12	199	33	8	1	0
2.3. Funções gratificadas	0	5	0	18	42	83	20	9	1	0
3. Totais (1+2)	0	35	0	123	349	1048	236	55	9	0

LEGENDA: Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: DGP

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

a) Quadro de Servidores Inativos – Situação em 31/12/11

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De servidores Aposentados até 31/12/11	De aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	600	57
1.1. Voluntária	498	56
1.2. Compulsória	1	-
1.3. Invalidez Permanente	99	1
1.4. Outras	2	-
2. Proporcional	290	2
2.1. Voluntária	251	-
2.2. Compulsória	1	-
2.3. Invalidez Permanente	38	2
2.4. Outras	-	-
3. Totais (1+2)	890	59

Fonte: DGP

Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2011	212,83	82,31	25,26	15,95	3.682,30	3,35	-	-	-	4.021,99
2010	350,53	164,62	45,20	7,53	33,80	21,50	-	-	-	623,19
2009	323,25	147,23	40,66	13,50	63,51	16,95	-	-	-	605,10
Servidores de Carreira ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2011	29.386,67	4.676,17	3.275,38	1.090,85	786,42	1.168,60	-	59,14	-	40.443,23
2010	24.530,79	5.036,48	2.658,02	1.121,34	1.286,59	807,38	-	-	-	35.440,59
2009	22.599,52	4.231,98	2.341,04	960,88	1.270,83	678,15	-	-	-	32.082,40
Servidores de Cargos ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2011	5.140,69	885,07	546,71	483,32	155,90	206,29	-	4,54	27,22	7.449,74
2010	4.749,17	1.048,50	543,01	470,29	119,01	144,36	-	-	-	7.074,34
2009	4.386,13	899,79	472,01	427,54	85,79	110,09	-	-	-	6.379,36
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
2011	15.944,80	912,23	1.636,73	567,13	426,66	454,27	-	33,07	-	19.974,90
2010	8.708,13	286,03	843,50	336,51	427,00	133,19	-	-	-	10.734,36
2009	5.768,96	123,39	516,97	191,37	165,38	67,96	-	-	-	6.834,05
Servidores de Cargos ocupantes de Funções Gratificadas										
2011	8.406,56	795,45	847,84	916,99	408,70	483,11	-	8,48	3,53	11.870,67
2010	4.106,64	370,94	441,42	450,41	82,02	150,30	-	-	-	5.601,73
2009	3.776,47	293,54	364,49	432,17	44,37	116,96	-	-	-	5.028,00
Servidores DAS sem vínculo										
2011	-	391,94	32,32	13,31	23,40	-	-	-	-	460,97
2010	-	441,27	36,82	12,65	21,50	-	-	-	-	512,23
2009	-	418,31	30,75	12,90	5,86	-	-	-	-	467,82
Cedidos à ABIN – Militares										
2011	-	788,78	65,07	25,14	111,07	-	-	-	-	953,87
2010	-	854,14	76,46	29,85	119,58	-	-	-	-	1.080,03
2009	-	780,23	65,49	32,53	66,72	-	-	-	-	944,97
Cedidos à ABIN de outros órgãos – Civis										
2011	-	110,58	9,49	7,23	17,56	-	-	-	-	128,26
2010	-	118,47	18,99	11,87	33,07	-	-	-	-	182,40
2009	-	220,47	18,39	8,04	18,17	-	-	-	-	265,06
Empregados Públicos – CLT										
2011	4.984,37	-	415,88	288,20	776,47	202,80	-	-	-	6.667,72
2010	4.835,67	-	157,48	40,20	-	-	-	-	-	1.569,17
2009	1.371,49	-	410,99	94,21	-	-	-	-	-	1.569,17
Empregados Públicos ocupantes de funções Gratificadas										
2011	450,89	109,51	43,50	21,74	65,20	20,57	-	-	-	711,39
2010	371,61	32,31	39,73	13,66	-	-	-	-	-	457,30
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAPE, SIAFI E SARHA

5.5 Locação de Mão de Obra Mediante Contratos de Prestação de Serviços

a) Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

A UJ não possui terceirização de mão de obra que ocupe ou exerça cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos e carreiras do Órgão.

b) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela UJ

Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA													
UG/Gestão: 110120/00001						CNPJ: 01.175.497/0001-41							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	002/2007/DAL	05.795.290/0001-20	01/02/07	31/01/12	5	5	-	-	-	-	P
2007	V	O	053/2007/DAL	08.068.307/0001-36	17/09/07	17/09/12	-	-	4	4	-	-	P
2008	L	O	001/2008/DAL	01.260.858/0001-58	02/01/08	01/01/13	6	6	-	-	-	-	P
2008	L	O	017/2008/DAL	05.296.914/0001-65	03/03/08	03/03/12	1	1	-	-	-	-	P
2008	L	O	029/2008/DAL	05.305.430/0001-35	08/05/08	08/05/11	1	1	-	-	-	-	E
2008	V	O	035/2008/DAL	06.088.000/0001-71	30/06/08	30/06/11	-	-	4	4	-	-	E
2008	L	O	079/2008/DAL	07.261.678/0001-77	05/11/08	05/11/12	1	1	-	-	-	-	P
2009	V	O	036/2009/DAL	04.281.402/0001-62	01/06/09	01/06/12	-	-	4	4	-	-	P
2009	V	O	044/2009/DAL	06.088.000/0002-52	04/06/09	04/06/12	-	-	4	4	-	-	P
2009	L	O	049/2009/DAL	09.431.870/0001-90	20/07/09	20/07/12	3	3	-	-	-	-	P
2009	L	O	068/2009/DAL	35.653.880/0001-80	01/09/09	01/01/12	1	1	-	-	-	-	E
2009	L	O	081/2009/DAL	10.830.905/0001-42	18/11/09	18/11/12	1	1	-	-	-	-	P
2009	L	O	083/2009/DAL	09.016.469/0001-93	20/11/09	20/11/12	3	3	-	-	-	-	P
2009	V	O	091/2009/DAL	04.352.466/0001-07	11/12/09	08/02/12	-	-	49	49	-	-	E
2010	V	O	021/2010/DAL	31.242.852/0001-19	31/01/10	31/01/13	-	-	4	4	-	-	P
2010	V	O	029/2010/DAL	02.576.238/0004-38	11/02/10	11/02/12	-	-	4	4	-	-	P
2010	V	O	069/2010/DAL	09.130.034/0001-75	01/06/10	01/06/11	-	-	4	4	-	-	E
2010	L	O	071/2010/DAL	08.594.305/0001-80	05/07/10	05/07/12	2	2	-	-	-	-	P
2010	L	O	072/2010/DAL	10.565.981/0001-78	21/06/10	21/06/11	1	1	-	-	-	-	E
2010	L	O	073/2010/DAL	09.134.888/0001-20	29/06/10	29/06/12	1	1	-	-	-	-	P
2010	L	O	075/2010/DAL	00.323.090/0001-51	01/07/10	01/07/12	2	2	-	-	-	-	P
2010	L	O	080/2010/DAL	39.420.336/0001-49	06/08/10	06/08/12	5	5	-	-	-	-	P
2010	L	O	081/2010/DAL	11.507.596/0001-37	12/07/10	12/07/12	1	1	-	-	-	-	P
2010	L	O	082/2010/DAL	10.587.618/0001-53	26/07/10	26/07/12	2	2	-	-	-	-	P
2010	V	O	083/2010/DAL	11.222.248/0001-13	30/07/10	30/07/12	-	-	4	4	-	-	P
2010	V	O	084/2010/DAL	10.994.722/0001-62	01/08/10	01/08/12	-	-	2	2	-	-	P
2010	V	O	087/2010/DAL	02.650.833/0001-23	18/08/10	18/08/12	-	-	8	8	-	-	P
2010	V	O	090/2010/DAL	10.748.912/0001-08	16/08/10	16/08/11	-	-	4	4	-	-	E
2010	L	O	099/2010/DAL	03.619.612/0001-55	14/10/10	14/10/12	122	122	3	3	-	-	P
2010	L	E	106/2010/DAL	10.808.175/0001-83	10/11/10	10/03/11	1	1	-	-	-	-	E
2010	V	O	111/2010/DAL	05.891.583/0001-01	01/12/10	01/12/12	-	-	3	3	-	-	P
2010	L	O	112/2010/DAL	07.524.266/0001-82	30/11/10	30/11/11	1	1	-	-	-	-	E

2011	L	O	054/2011/DAL	08.935.932/0001-38	17/03/11	17/03/12	01	01					A
2011	L	O	067/2011/DAL	03.116.865/0001-06	09/05/11	09/05/12	01	01					A
2011	V	O	101/2011/DAL	06.088.000/0001-71	01/07/11	01/07/12			01	01			A
2011	L	E	102/2011/DAL	05.485.352/0001-06	05/07/11	01/11/11	01	01					A
2011	V	O	112/2011/DAL	09.130.034/0001-75	01/08/11	01/08/12			05	05			A
2011	V	O	130/2011/DAL	02.764.609/0001-62	07/10/11	07/10/12			04	04			A
2011	V	O	149/2011/DAL	08.692.312/0001-15	17/10/11	17/10/12	04	04					A
2011	L	O	164/2011/DAL	11.453.708/0001-14	11/10/11	11/10/12	01	01					A
2011	L	O	167/2011/DAL	07.188.842/0001-68	03/11/11	03/11/12	01	01					A
2011	L	E	170/2011/DAL	07.508.403/0001-95	04/11/11	04/05/12	04	04					A

Observação: Todos os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra celebrados pela Abin estão em consonância com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e Instruções Normativas do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: COLICON/CGAD/DAL/ABIN

c) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante														
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA														
UG/Gestão: 110120/00001					CNPJ: 01.175.497/0001-41									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2008	2	O	105/2008/DAL	38.062.485/0001-10	17/12/08	17/05/12	-	-	23	23	-	-	P	
Observação: Todos os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra celebrados pela ABIN estão em consonância com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e Instruções Normativas do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.														
<u>LEGENDA</u>														
Área: 1.Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis; 11. Manutenção de bens imóveis; 12. Brigadistas; 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 14. Outras														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Observação: Todos os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra celebrados pela ABIN estão em consonância com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e Instruções Normativas do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

LEGENDA

Área: 1.Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis; 11. Manutenção de bens imóveis; 12. Brigadistas; 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: COLICON/CGAD/DAL/ABIN

5.6 Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Recursos Humanos

A UJ passou a adotar indicador de desempenho institucional a partir de setembro de 2011, conforme determinação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O indicador de desempenho é composto por uma família de indicadores com suas respectivas metas que cobrem os

principais produtos dos macroprocessos institucionais. Em 2012, essa família de indicadores será reavaliada considerando requisitos como disponibilidade, economia, relevância e credibilidade, e também serão apurados os resultados ao término do ciclo de avaliação. Além disso, gestores estão sendo preparados para elaborar novos indicadores setoriais e individuais para área de pessoal, alinhados ao planejamento estratégico da Agência.

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS

6.1 Instrumentos de transferência vigentes no exercício

a) Relação dos Instrumentos vigentes no exercício de 2011

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA									
CNPJ: 01.175.497/0001-41					UG/GESTÃO: 110120/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	001/2010	24.365.710/0001-83	2.150.000	Treinamento e capacitação de servidores e entrega de módulos	1.050.000	1.600.000	2010	2012	1
Observações: Contrapartida pactuada conforme o cronograma de execução do plano de trabalho.									
LEGENDA:									
Modalidade: 1. Convênio; 2. Contrato de Repasse; 3. Termo de Cooperação; 4. Termo de Compromisso.									
Situação da Transferência: 1. Adimplente; 2. Inadimplente; 3. Inadimplência Suspensa; 4. Concluído; 5. Excluído; 6. Rescindido; e 7. Arquivado.									

Fonte: APLAM e SIAFI

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS									
CNPJ: 00.394.494/0149-43					UG/GESTÃO: 200248/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	007/2011	01.175.497/0001-41	2.400.000	Desenvolver projeto Arena para avaliação de riscos.	1.331.070	1.331.070	2011	2012	1
Observações: Desenvolvimento e implantação do Projeto Arena para avaliação de riscos de infraestruturas críticas.									
LEGENDA:									
Modalidade: 1. Convênio; 2. Contrato de Repasse; 3. Termo de Cooperação; 4. Termo de Compromisso.									
Situação da Transferência: 1. Adimplente; 2. Inadimplente; 3. Inadimplência Suspensa; 4. Concluído; 5. Excluído; 6. Rescindido; e 7. Arquivado.									

Fonte: APLAM e SIAFI

b) Resumo dos Instrumentos de transferência celebrados pela UJ nos três últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					
CNPJ	01.175.497/0001-41					
UG/GESTÃO	110120/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	1	-	1.050.000	550.000	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	1	-	1.050.000	550.000	-

Fonte: APLAM e SIAFI

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS					
CNPJ	00.394.494/0149-43					
UG/GESTÃO	20024/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	-	-	1.331.070	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	1	-	-	1.331.070	-	-

Fonte: APLAM e SIAFI

c) Resumo dos Instrumentos de Transferência que vigorão em 2012 e Exercícios Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					
CNPJ: 01.175.497/0001-41			UG/GESTÃO: 110120/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2011/2012	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	2.150.000	1.600.000	550.000	74%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	2.150.000	1.600.000	550.000	74%

Fonte: APLAM e SIAFI

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS					
CNPJ: 00.394.494/0149-43			UG/GESTÃO: 200248/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2011/2012	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	2.400.000	1.331.070	-	55,46%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	2.400.000	1.331.070	-	55,46%

Fonte: APLAM e SIAFI

6.2 Informações sobre Prestação de Contas relativas aos Termos de Cooperação

a) Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Termo de Cooperação

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA				
CNPJ: 01.175.497/0001-41			UG/GESTÃO: 110120/00001	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Termo de Cooperação
2011	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade	-	1
		Montante Repassado	-	1.050.000
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-
			Montante Repassado (R\$)	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-
			Montante Repassado (R\$)	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	-	1
		Montante Repassado (R\$)	-	550.000
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-

Fonte: APLAM e SIAFI

b) Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Termo de Cooperação

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA				
UG/Gestão: 110120/00001			CNPJ: 01.175.497/0001-41	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos	
			Convênios	Termo de Cooperação
2011	Quantidade de contas prestadas		-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	-	1
		Montante repassado (R\$)	-	1.050.000
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-
			Quantidade Reprovada	-
			Quantidade de TCE	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-
			Montante repassado (R\$)	-
2010	Quantidade de contas prestadas		-	1
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	1
		Quantidade Reprovada	-	-
		Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado (R\$)	-	-

2009	Quantidade de contas prestadas		-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
		Quantidade Reprovada	-	-
		Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-

Fonte: APLAM e SIAFI

6.3 Análise Crítica

A ABIN realizou transferência de recursos conforme pactuado com a UFRN e o Ministério da Justiça no Termo de Cooperação Técnica e no plano de trabalho. Em decorrência, a contraparte já disponibilizou o código do sistema composto por vários módulos para a gestão administrativa e de recursos humanos, atualizações semanais das funcionalidades, novos módulos demandados pela rede de cooperação composta pelos órgãos federais. Ainda conforme o cronograma pactuado, as atividades em 2011 englobaram cooperação para o módulo de cadastro e assessoramento na implementação, homologação e disponibilização do módulo de contratos para operação das unidades de negócio. O Ministério da Justiça auxiliou no treinamento de servidores em alguns módulos e repasse da tecnologia de implantação de módulos com assessoramento das áreas de negócio. Os demais módulos serão implementados em 2012.

A segunda e terceira parcelas da transferência não impactaram a gestão orçamentária no exercício de 2011, tampouco se projeta, no estágio atual, impactos negativos para o próximo exercício.

O Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria Extraordinária para a Segurança de Grandes Eventos foi firmado em 2011 com vistas a garantir a segurança dos grandes eventos, entre eles a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, com previsão de gastos da ordem de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). No entanto, os produtos necessários ao desenvolvimento do sistema Arena para elaboração de análise de riscos foi adquirido por valor abaixo do estimado, totalizando dispêndio de R\$ 1.331.070,00 (um milhão, trezentos e trinta e um mil e setenta reais).

7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL PELOS REGISTROS NO SIASG/SICONV

DECLARAÇÃO			
Declaro, exceto pela ressalva contida no parágrafo seguinte, que as informações referentes a contratos celebrados estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, na forma do disposto no art.19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010. Os Instrumentos Contratuais de nº 61/2009, 72/2009, 19/2010, 22/2010 e 110/2010, celebrados por esta UJ, não constam no SICON/SIASG, devido a problemas de natureza técnica, que ocasionaram bloqueio do cadastro no sistema. Tais fatos já foram reportados ao MP, estando a UJ aguardando solução técnica. Declaro ainda, que esta UJ não possui informações referentes a convênios, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros ajustes ou instrumentos congêneres celebrados, passíveis de registro no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).			
Local	Brasília-DF	Data	14/03/2012
Responsável	Marley Antonio Coelho	Cargo	Chefe da Divisão de Contratos

8. INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE BENS E RENDA

8.1 Quadro demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entrega da DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do Exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em Comissão)	Obrigados a entregar a DBR	63	89	561
	Entregaram a DBR	63	89	561
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

8.2 Análise crítica:

- Todos os servidores cumpriram a obrigação de entregar a DBR;
- O Departamento de Gestão de Pessoal (DGP) é a unidade interna incumbida de gerenciar a recepção das DBR;
- As DBR ou autorizações são entregues em papel, em envelopes lacrados pelo servidor, e assim são guardadas e mantidas pelo DGP para eventual utilização, unicamente, pelos órgãos de controle;
- O controle da entrega das DBR e autorizações é feito em planilhas, mas está sendo aperfeiçoado;
- A UJ não realiza qualquer tipo de análise das DBR.

9. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

Estrutura de Controle Internos da UJ

ASPECTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	AVALIAÇÃO				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantam ou incentivem a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou do código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X

Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

Considerações gerais:

Existem mecanismos de controle, no entanto, não se pode afirmar que haja um sistema de controle interno formalizado, estruturado em um plano de longo prazo. A instituição realiza monitoramento dos seus mecanismos de controle e considera que têm contribuído para a melhoria do desempenho em termos de eficiência e eficácia na execução da atividade de Inteligência.

No que se refere à gestão de riscos, a instituição desenvolveu diagnóstico de riscos na área de tecnologia da informação, importante fator para a atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Ainda neste contexto, as atividades voltadas para a segurança corporativa também empregam conceitos para a análise de riscos na proteção de áreas e instalações, pessoas, documentos e comunicações. Além disso, as ações de Inteligência são planejadas considerando os riscos envolvidos para sua execução. Uma vez avaliadas por diversas instâncias da cadeia hierárquica e aprovadas pela alta gerência, as ações de Inteligência são submetidas a controles e avaliações periódicas.

A instituição conta com sistemas de coleta, armazenamento, análise e difusão de informações para fins gerenciais e produção de conhecimentos, mas reconhece a necessidade de aperfeiçoamento em algumas áreas, particularmente nas de administração e de recursos humanos, razão pela qual firmou convênio com a UFRN e o MJ para desenvolver sistemas integrados voltados para esses segmentos.

Apesar dos meios disponibilizados – intranet, correio eletrônico, jornal eletrônico na forma de blog, fórum virtual, reuniões de coordenação, boletim eletrônico –, a percepção é de que a comunicação interna não atende completamente à expectativa de todos. Por essa razão, no primeiro semestre de 2011, foi tabulada pesquisa em 2010, com o objetivo de identificar a opinião do conjunto dos servidores sobre aspectos referentes à comunicação interna, de modo a melhor orientar a tomada de decisões para a melhoria do processo.

LEGENDA:

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ;
 (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria;
 (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ;
 (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria e
 (5) **Totalmente válido:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

ASPECTOS SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL	AVALIAÇÃO				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Os critérios constantes do Guia Prático de Licitações Sustentáveis do Núcleo de Assessoramento Jurídico em São Paulo – AGU.			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? a) Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 07/2011, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória. b) Índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MCT/MME 323/2011. c) Selo Ruído, indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94. d) Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.			X		

5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Foram adquiridos lâmpadas fluorescentes, lâmpadas eletrônicas, luminárias com reatores eletrônicos e vasos sanitários com caixa acoplada. Houve a substituição de equipamentos de ar-condicionado antigos, modelo janela, por equipamentos novos, modelo split, que consomem menos energia. No último trimestre de 2011, houve redução no consumo de energia elétrica de 106k watts para 75k watts.			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Mensagens na intranet e cartazes espalhados na UJ.			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha?	X				
Considerações Gerais: A UJ entendeu que seriam necessárias somente informações complementares quando a resposta ao quesito fosse positiva (4 ou 5), por isso não inseriu informações complementares nas respostas com avaliação menor que quatro. As respostas foram elaboradas em conjunto pelo Departamento de Administração e Logística, Coordenação-Geral de Administração, Coordenação de Engenharia e Obras e Coordenação de Licitações e Contratos.					
LEGENDA: Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ; (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria; (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ; (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria e (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

a) Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF – AMAZONAS	03	03
	0255 – Manaus	03	03
	UF – RORAIMA	01	01
	0301 – Boa Vista	01	01
	UF – PARÁ	03	02
	0427 – Belém	03	02
	UF – CEARÁ	01	01
	1389 – Fortaleza	01	01
	UF – RIO GRANDE DO NORTE	01	01
	1761 – Natal	01	01
	UF – ALAGOAS	01	01
	2785 – Maceió	01	01
	UF – BAHIA	01	01
	3849 – Salvador	01	01
	UF – MINAS GERAIS	01	01
	4123 – Belo Horizonte	01	01
	UF – ESPÍRITO SANTO	04	04
	5705 – Vitória	04	04
	UF – RIO DE JANEIRO	03	03
	6001 – Rio de Janeiro	03	03
	UF – PARANÁ	21	21
	7535 – Curitiba	21	21
	UF – RIO GRANDE DO SUL	05	05
	8801 – Porto Alegre	05	05
	UF – MATO GROSSO DO SUL	01	01
	9051 – Campo Grande	01	01
	UF – GOIÁS	02	02
	9373 – Goiânia	02	02
BRASIL	UF – DISTRITO FEDERAL	03	03
	9701 – Brasília	03	03
	UF – TOCANTINS	01	01
	9733 – Palmas	01	01
	UF – MATO GROSSO	01	-
	9067 – Cuiabá	01	-
Subtotal Brasil		53	51
EXTERIOR	Inexistente	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		53	51

Fonte: CGAD/DAL/ABIN e SPIUNet

b) Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	ACRE	01	
	Rio Branco	01	
	PARANÁ	01	01
	Foz do Iguaçu	01	01
	PARAÍBA	01	01
	João Pessoa	01	01
	MARANHÃO	01	01
	São Luis	01	01
	RORAIMA	01	01
	Boa Vista	01	01
	CEARÁ	01	01
	Fortaleza	01	01
	SANTA CATARINA	01	01
	Florianópolis	01	01
	SÃO PAULO	03	03
	Santos	01	01
	São José dos Campos	01	01
	Presidente Prudente	01	01
SUBTOTAL BRASIL		10	09
EXTERIOR	Inexistente	-	-
SUBTOTAL EXTERIOR		-	-
TOTAL (BRASIL + EXTERIOR)		10	09

Fonte: COLICON/CGAD/DAL/ABIN e SPIUNet

c) Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

Valores em R\$ 1,00

UGR	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
110120	9701003305009	13	3	8.974.601,07	31.12.94	21.422.473,88	141.080,57	461.462,23
110120	9701011545005	16	-	3.883,89	31.12.94	176.505,00	0,00	0,00
110120	9701011555000	16	-	6.067,95	31.12.94	266.910,00	0,00	0,00
110121	0255001855000	13	3	65.469,90	31.12.94	210.000,00	0,00	0,00
110121	0255001865005	13	3	44.915,48	31.12.94	158.000,00	0,00	1.520,00
110121	0255001875000	13	3	42.414,34	31.12.94	140.000,00	0,00	1.637,75
110122	3849006725007	13	4	503.151,71	20.05.05	0,00	46.940,00	0,00
110123	1389000305002	13	3	1.080.000,00	13.03.07	0,00	1.032,96	1.818,37
110124	9373000885006	13	3	1.354.285,42	31.12.94	2.855.015,76	50.914,76	1.433,99
110124	9373001825007	13	-	1.051.908,30	29.01.10	9.434.952,16	0,00	0,00
110125	4123003245001	13	3	1,00	06.03.97	397.510,33	0,00	0,00
110126	9051000225006	13	3	45.772,03	31.12.94	114.364,53	0,00	0,00
110127	0427000205009	13	4	10.464,00	01.04.00	77.362,65	38.100,00	0,00
110127	0427004855008	11	3	4.833,81	31.12.94	183.121,48	3.180,00	0,00
110127	0427009005002	13	2	355.644,44	24.07.07	0,00	0,00	0,00
110129	7535001305002	13	4	32.903,57	31.12.94	83.142,64	0,00	0,00
110129	7535001315008	13	4	48.509,01	31.12.94	71.521,86	0,00	0,00
110129	7535001325003	13	4	44.982,43	31.12.94	63.545,13	0,00	0,00
110129	7535001335009	13	4	34.488,25	31.12.94	19.922,20	0,00	0,00
110129	7535001345004	13	4	24.667,22	31.12.94	17.775,56	0,00	0,00
110129	7535001355000	13	4	26.109,51	31.12.94	21.088,73	0,00	0,00
110129	7535001365005	13	4	46.539,05	31.12.94	52.675,57	0,00	0,00
110129	7535001375000	13	4	47.594,39	31.12.94	69.457,76	0,00	0,00
110129	7535001385006	13	4	23.383,23	31.12.94	14.622,12	0,00	0,00
110129	7535001395001	13	4	24.649,63	31.12.94	17.518,92	0,00	0,00
110129	7535001405007	13	4	25.203,68	31.12.94	14.809,60	0,00	0,00
110129	7535001415002	13	4	25.080,56	31.12.94	18.496,78	0,00	0,00
110129	7535001425008	13	4	22.591,73	31.12.94	12.857,32	0,00	0,00
110129	7535001435003	13	4	23.919,69	31.12.94	15.868,95	0,00	0,00
110129	7535001445009	13	4	24.552,89	31.12.94	17.299,94	0,00	0,00
110129	7535001455004	13	4	31.518,11	31.12.94	33.667,58	0,00	0,00
110129	7535001465000	13	4	23.339,26	31.12.94	45.778,02	0,00	0,00
110129	7535001475005	13	4	24.737,58	31.12.94	17.714,04	0,00	0,00
110129	7535001485000	13	4	25.027,80	31.12.94	18.371,01	0,00	0,00
110129	7535001495006	13	4	23.699,83	31.12.94	15.368,09	0,00	0,00
110129	7535002205001	13	4	768.928,91	09.03.11	1.635.399,35	0,00	1.455,00

110130	6001012785009	13	3	1.089.855,63	03.07.00	0,00	0,00	0,00
110130	6001015515002	13	4	956.195,05	26.11.97	0,00	72,00	13.712,00
110130	6001030985006	13	3	1.464.159,04	06.10.05	0,00	0,00	0,00
110131	8801001315008	13	3	824.371,00	31.12.94	3.016.034,00	600,00	8.368,75
110131	8801001325003	13	4	14.790,52	31.12.94	37.659,83	0,00	0,00
110131	8801001335009	12	3	27.753,56	31.12.94	113.934,28	0,00	0,00
110131	8801001535008	13	-	80.520,00	31.12.94	198.000,00	0,00	0,00
110131	8801001675004	13	4	431.808,72	31.12.94	1.004.346,97	0,00	0,00
110240	2785001985005	13	3	80.135,31	01.06.00	0,00	0,00	81,40
110243	5705000205004	13	2	787.104,45	01.06.00	0,00	0,00	0,00
110243	5705000265007	13	3	6.059,38	31.12.94	13.668,19	0,00	0,00
110243	5705000275002	13	3	4.168,57	08.08.01	10.834,00	0,00	0,00
110243	5705002025003	13	3	139.063,81	14.03.01	0,00	0,00	0,00
110252	1761002515000	13	4	183.894,36	12.02.07	0,00	5.381,00	966,86
110254	0301003095000	13	-	0,02	26.01.09	76.900,47	0,00	0,00
110257	9733000045004	13	4	82.911,74	25.03.03	0,00	0,00	0,00
110249	9067000805009	13	5	283.058,69	28.03.07	0,00	634,00	196,00
TOTAL							287.935,29	492.652,35

Fonte: SPIUNet e SIAFI

a) Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

b) Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

c) Análise Crítica Sobre a Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

A ABIN mantém-se focada no referencial de gestão do patrimônio imobiliário da União, que visa à ocupação racional e à redução de custos na manutenção e conservação do patrimônio público. Nessa linha, empreende esforços no sentido de diminuir a locação de imóveis para sediar suas unidades em todo o território nacional.

Não obstante a carência de imóvel de uso especial da União, a ABIN recebeu três imóveis – em Belém, Cuiabá e Vitória – transferidos das Superintendências do Patrimônio da União dos respectivos estados.

No caso particular de Curitiba/PR, o quantitativo de imóveis refere-se a conjunto de dezenove salas, em prédio comercial, que foram escrituradas de forma individualizada.

Por se tratarem de terrenos sem benfeitorias e não possuírem classificação na tabela (coluna “estado de conservação”), não foram classificados os seguintes RIP: 9701011545005, 9701011555000, 9373001825007, 8801001535008 e 0301003095000.

Registramos a ausência de imóveis fora do patrimônio da União, não havendo impedimento para a continuidade dos processos que se encontram em fase de regularização na Secretaria do Patrimônio da União.

Os valores informados nas colunas “valor histórico” e “valor reavaliado” são os constantes dos registros existentes no Sistema SPIUNET, os quais estão sendo reavaliados pela SPU, conforme estabelece a macrofunção 02.03.30 do manual Siafi, ressaltando a reavaliação apresentada para o RIP 7535002205001 – em consequência de atualização cadastral devido ao fato de o imóvel ser compartilhado com outros órgãos da administração direta – bem como a reavaliação para o RIP 9373001825007 – resultado de avaliação técnica para subsidiar possível permuta de imóveis entre a União e a prefeitura municipal de Goiânia, promovida pela SPU/GO.

Finalizando, o quadro de despesas com manutenção no exercício não agrega despesas relativas a limpeza e conservação, vigilância, serviço de energia elétrica, serviço de água e esgoto.

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro Sobre a Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	109				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X

Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	45%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais: a) Item 2. O projeto capacidade tecnológica e o Plano Diretor de TI formam o planejamento estratégico de TI da UJ. b) Item 9. Os projetos de desenvolvimento seguem metodologia definida pela Coordenação de Sistemas da Informação, embora não exista documento publicado que formalize o uso da metodologia. c) Item 10. Os acordos são propostos caso a caso considerando os recursos disponíveis e as expectativas apresentadas quando do levantamento realizado para identificar o nível de serviço das soluções de TI. d) Item 12. O percentual refere-se aos contratos de terceirização dos serviços de impressão, suporte técnico para o uso de licenças de gerenciador de backup, sistemas operacionais, antivírus, banco de dados, manutenção e atualização de ativos de rede, equipamentos, telefonia e desenvolvimento de sistema para automatizar os processos da metodologia Arena. e) As respostas foram elaboradas pelo Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação e Eletrônica.					

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL – CPGF

A UJ utilizou os Cartões de Pagamento do Governo Federal – CPGF para realização de despesas de natureza ostensiva, observando as disposições dos Decretos nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005 e 6.370, de 1º de fevereiro de 2008.

DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Exercício	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (a)	(a+b)
2011	57	31.857,92	60	71.840,93	103.698,85
2010	63	42.319,00	114	161.300,52	203.619,52
2009	5	14.465,00	152	253.239,99	267.704,99

Observações:

Em 2010, houve redução de 24% nas despesas efetuadas com o CPGF em relação ao apurado em 2009. Em 2011, houve redução de 51% nas despesas efetuadas com o CPGF em relação aos valores de 2010, devido a maior controle sobre os gastos efetuados, bem como rigoroso atendimento a orientações e recomendações da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República.

A utilização do CPGF de natureza ostensiva, na sua totalidade, deveu-se à necessidade de atender às demandas administrativas de 26 (vinte e seis) Superintendências Estaduais pertencentes à estrutura organizacional da Agência, em virtude de não possuírem autonomia administrativa e financeira. Nesse caso, o suprimento de fundos torna-se instrumento mais eficiente e eficaz para descentralização de recursos destinados a atender despesas administrativas das Superintendências.

Fonte: CGOF/DAL

A relação dos portadores de Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como as despesas realizadas em caráter sigiloso, conforme as peculiaridades da atividade de Inteligência desenvolvida pela ABIN, podem levar à identificação de ações protegidas por sigilo. Por essa razão, a relação dos portadores e os gastos efetuados por meio de CPGF para pagamento daquelas despesas deixam de ser informadas no presente relatório, conforme previsto no §1º do art. 4º, da Decisão Normativa – TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

14. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

a) Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					045104
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 000.441/2011-2	535/2011- TCU - Plenário	9	-	Ofício nº 365/2011-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					045104
Descrição da Deliberação:					
9. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos estes autos de representação da empresa Ilhaservice Serviços de Informática Ltda. contra o Pregão Eletrônico SRP nº 153/2010, promovido pela Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de até 660 (seiscentos e sessenta) microcomputadores, ao valor máximo de R\$ 1.535.602,20 (um milhão quinhentos e trinta e cinco mil seiscentos e dois reais e vinte centavos). Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no inciso IX do art.71 da Constituição Federal: 9.1 conhecer da representação e considerá-la procedente; 9.2 revogar a medida cautelar concedida em 20/01/2011 e referendada pelo Plenário em Sessão de 26/01/2011, ante a perda do objeto; 9.3 dar ciência da deliberação que vier a ser proferida, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, à Agência Brasileira de Inteligência e à Ilhaservice Serviços de Informática Ltda.; e 9.4 arquivar os presentes autos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Agência Brasileira de Inteligência – Departamento de Administração e Logística					045104
Síntese da providência adotada:					
Em atenção ao Ofício nº 14/2011- TCU/SECEX-6, de 20/01/2011, versando sobre Adoção de Medida Cautelar – Oitiva, foi determinada à ABIN, a suspensão do item 1 do Pregão Eletrônico SRP nº 153/2010. Por intermédio do Ofício nº 009/ABIN/, de 31/01/2011, a ABIN encaminhou ao Tribunal de Contas da União – TCU, os esclarecimentos necessários em resposta à representação interposta pela Empresa Ilhaservice Serviços de Informática Ltda, em relação ao Pregão Eletrônico SRP nº 153/2010. Cumprir destacar que, em 19 de janeiro de 2011 (DOU nº 13, de 19/01/2011, Seção 3, p. 3), ou seja, em momento anterior ao recebimento da intimação do TCU, que ocorreu somente em 20 de janeiro de 2011, esta Agência, preventivamente, já havia realizado a suspensão do andamento do Pregão Eletrônico SRP nº 153/2010, uma vez que julgou ser necessário realizar ajustes em seu edital. Por fim, o referido edital foi reajustado e reaberto, conforme a legislação em vigor – conforme publicação DOU nº 56, de 23/03/2011, Seção 3, p. 2 –, de maneira a garantir a lisura do processo licitatório, ratificando o compromisso público desta Agência com os princípios da transparência e da legalidade.					

Síntese dos resultados obtidos
Após as providências acima citadas, esta UJ entende que as providências cabíveis, no sentido de regularizar a situação ocorrida, foram plenamente adotadas. Dessa maneira, a ABIN ratifica seu permanente intento de observância dos ditames legais, incluídas as recomendações e orientações emanadas do TCU.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Nada houve a registrar.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					045104
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo nº	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	002.704/2011-0	3467/2011 - TCU - 2ª Câmara	1.4	RE	Ofício nº 720/2011-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					045104
Descrição da Deliberação:					
1.4. Determinações/Recomendações/Orientações: 1.4.1. dar ciência à Agência Brasileira de Inteligência – ABIN das seguintes impropriedades verificadas na condução do Pregão Eletrônico 133/2010: 1.4.1.1. ausência de apreciação e resposta tempestiva a recurso administrativo interposto por licitante, em desobediência ao prescrito no artigo 109, §4º, da Lei 8.666/1993; 1.4.1.2. desclassificação de proposta por inexecuibilidade, sem que fosse oferecida oportunidade aos licitantes para comprovar a viabilidade econômica de suas propostas, caracterizando ferimento aos princípios da eficiência e da economicidade e aos artigos 43, § 3º e 48, inciso II, da Lei 8.666/1993, bem como à jurisprudência deste Tribunal, a exemplo dos votos que conduziram os Acórdãos 612/2004 - TCU - 1ª Câmara e 614/2008 – TCU - Plenário; 1.4.2. dar ciência da presente deliberação, acompanhada de reprodução da instrução de mérito dos autos (peça 19) à Agência Brasileira de inteligência – ABIN e à representante, empresa Ponte Aérea Viagens e turismo Ltda.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Agência Brasileira de Inteligência					045104

Síntese da providência adotada:
Por intermédio do Ofício nº 037/2011/ABIN/GSIPR, de 6 de abril de 2011, a ABIN já havia encaminhado ao Tribunal de Contas da União – TCU os esclarecimentos necessários em resposta à representação interposta pela Empresa Ponte Aérea Viagens e Turismo Ltda, em relação ao Pregão Eletrônico nº 133/2010 e 175/2010. O Departamento de Administração e Logística – DAL, da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, expediu orientações ao pregoeiro e à equipe de apoio para que observem as normas em vigor e as orientações do TCU.
Síntese dos resultados obtidos
Após as providências acima citadas, esta UJ entende que as medidas cabíveis no sentido de aprimorar procedimentos foram adotadas. Dessa forma, a ABIN ratifica seu permanente intento de observância dos ditames legais, incluídas as recomendações e orientações emanadas do TCU.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Nada houve a registrar

b) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não é o caso desta UJ.

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)

a) Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			045104
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	12/2011 – Monitoramento (OS nº 2011/0307)	Anexo I	Ofício nº 880/2011 COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			045104
Descrição da Recomendação: (observações apontadas)			
Foram constatadas impropriedades de caráter formal, para as quais solicitamos manifestação do gestor, conforme segue abaixo: Constatação nº 1 – Falha na redação de clausula contratual; Constatação nº 2 – Inexistência nos autos de consulta que comprove os requisitos de habilitação; e Constatação nº 3 – Inexistência nos autos de comprovantes da realização de pesquisa de preços.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Agência Brasileira de Inteligência – Departamento de Administração e Logística			045104
Síntese da providência adotada:			
Por intermédio do Ofício nº 583/DAL/SPOA/ABIN/GSI/PR, de 7/11/2011, a ABIN encaminhou ao OCI a manifestação do gestor que apresenta os esclarecimentos e as justificativas acerca dos pontos observados no Relatório de Auditoria de Monitoramento de Gestão – Versão preliminar, com relação à execução do Contrato nº 47/2011, firmado entre a Agência Brasileira de Inteligência e a Empresa World Agência de Viagens, Operadora e Consolidadora de turismo Ltda-ME. O Departamento de Administração e Logística – DAL, da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, expediu orientações à Divisão de Diárias e Passagens para que observem as normas em vigor e as orientações CISSET/CG-PR.			
Síntese dos resultados obtidos			
Por intermédio do Ofício nº 880/2011/COAUD/CISSET/SG-PR, de 24/11/2011, o Senhor Secretário de Controle Interno encaminhou a esta UJ o Relatório de Auditoria de Monitoramento de Gestão nº 12/2011, com as seguintes conclusões: a) concluímos pela regularidade da execução financeira do contrato em questão, no período analisado, tendo em vista que os documentos comprobatórios dos serviços prestados e os pagamentos efetuados estão em consonância com o que dispõe a legislação em vigor e as normas complementares que versam sobre a matéria e também porque restou comprovado o cumprimento dos preceitos previstos no contrato; b) quanto às impropriedades observadas em relação à formalização dos processos constantes do anexo I do relatório, as manifestações da ABIN corroboram as constatações apontadas, e foi informada a adoção de medidas saneadoras pertinentes às questões, as quais serão verificadas em auditorias futuras na Unidade. Em síntese, o OCI concluiu que tanto as medidas adotadas quanto as que estão em curso, somadas às justificativas e aos esclarecimentos apresentados pela ABIN, reuniram condições satisfatórias para que o OCI as acatasse, com a ressalva de que, nas próximas ações de controle, essas medidas sejam monitoradas e que a Agência observe, com mais acuidade, a legislação pertinente.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada houve a registrar.			

b) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não é o caso desta UJ.

16. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ):		Código da UG:	
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA		110120	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Agência Brasileira de Inteligência que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF.	Data	14/02/2012
Contador Responsável	João Bosco Garcia	CRC nº	3.109 - DF

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO

Após análise dos resultados quantitativos e qualitativos alcançados, considerando ainda, a eficiência, eficácia e a efetividade no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, conclui-se que a gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados nesta Unidade Jurisdicionada foi realizada de forma satisfatória.

Brasília-DF, 26 de março de 2012

RONALDO MARTINS BELHAM
Diretor-Geral Adjunto